



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - CAMPUS CAMPOS BELOS

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 154/2021

(Processo nº 23728.000703.2021-71)

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Campos Belos, sediado na Rodovia GO 118 QD. 1-A, Lt. 1, Setor Novo Horizonte em Campos Belos-GO, por meio da Unidade de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por item**, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: **11 de janeiro de 2022**

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Horário da Fase de Lances: **8h às 14 horas**

1.DO OBJETO

1.1.O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais e ferramentas para aulas práticas de culturas perenes e olericultura, visando atender às necessidades do IF Goiano – Campus Campos Belos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2.A aquisição será dividida em itens, conforme tabela abaixo.

1.2.1.Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3.O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1.A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1.Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2.O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos

decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2.Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1.que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3.que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1.autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1.Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.2.3.2.empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3.pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1.aplica-se o disposto no subitem 2.2.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5.empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6.pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.7.Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4.organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5.sociedades cooperativas.

3.DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2.O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta,

encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1.A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3.Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8.Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9.No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1.que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2.que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3.que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4.que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5.que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6.que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. DA FASE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de

finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2.Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1.O lance deverá ser ofertado **pelo valor total do item.**

4.3.O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4.Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5.Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6.Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7.Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1.Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2.No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3.Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3.Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4.O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5.Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1.contiver vícios insanáveis;

5.5.2.não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6.Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1.for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2.apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7.Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11.Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12.Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6.HABILITAÇÃO

6.1.Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2.Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou

entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9.Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.DA CONTRATAÇÃO

7.1.Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido instrumento equivalente, conforme art. 95 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.2.O adjudicatário terá o prazo de dois (02) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente ((Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1.Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a aceite da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de dois (02) dias, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2.O prazo previsto para aceitação da nota de empenho poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3.O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1.referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2.a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3.a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4.O prazo de vigência da contratação é de noventa (90) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5.No aceite da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.DAS SANÇÕES

8.1.Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1.dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2.dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3.dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4.deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9.fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2.O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3.Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5.A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6.A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7.Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de

Responsabilização – PAR.

8.8.A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11.As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9.DA DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1.O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1.republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1.No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3.fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3.As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4.Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5.Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7.Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8.No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9.As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10.Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11.Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12.Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13.Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1.ANEXO I - Documentação exigida para Habilitação;

9.13.2.ANEXO II - Termo de Referência;

9.13.3.ANEXO III - Estudos Técnicos Preliminares;

9.13.4.ANEXO IV – Modelo de Carta Proposta;

9.13.5.ANEXO V - Modelo de Declaração de Concordância com o Termo de Referência.

Campos Belos, 06 de dezembro de 2021.

(assinado eletronicamente)

Francisco Edson Lima Torcate

Diretor Geral Substituto

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 154/2021

(Processo nº 23728.000703.2021-71)

1.DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2.Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4.Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5.No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6.Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7.No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

1.8.No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.9.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2.DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1.prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2.prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3.prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4.prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5.prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6.prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7.caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1.Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1.DO OBJETO

1.1.Aquisição de materiais e ferramentas para aulas práticas de culturas perenes e olericultura, visando atender às necessidades do IF Goiano – Campus Campos Belos, conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas neste instrumento.

1.2.Descrição dos produtos, quantitativos e preços estimados:

Item	Material	Quant.	Descrição geral	Valor Unitário	Valor Total
1	Alicate de Poda (ou tesoura de poda)	8	Tesoura Poda, Material Lâmina: Aço Temperado, Material Cabo: Polietileno, Revestimento Cabo: Não Aplicável, Peso: 200 G, Tipo Embalagem: Plástica	R\$ 57,13	R\$ 457,01
2	Serrote Poda	8	SERROTE DE PODA Serrote de poda, 14 polegadas, Lâmina em aço alto carbono temperado e lixado. Cabo de madeira ergonômico e envernizado. Dentes travados. 5 dentes por polegada. Proteção plástica para os dentes. Tamanho: 14". Medidas (mm): 88,0 x 494,0 x 21,0.	R\$ 169,61	R\$ 1.356,88
3	Canivete de Enxertia	8	Canivete de enxertia tipo copulação ou oclação. Com palheta para levantar a casca.	R\$ 66,90	R\$ 535,23
4	Tesoura Poda	8	Tesoura de poda profissional para jardinagem, fruticultura ou paisagismo. Indicada para a poda ou desbaste de ramos verdes de até 17 mm de espessura para galhos verdes e 10 mm de espessura para galhos secos. Corte macio e preciso. Especialmente recomendada para uso profissional (uso intensivo). Trava de segurança com acionamento em um único botão. Materiais: cabo em alumínio injetado revestido com plastissol, anatômico e ergonômico proporcionando conforto ao operador. Lâminas em aço liga cromo vanadium temperadas de alta qualidade, intercambiáveis, com regulagem na aproximação.	R\$ 43,14	R\$ 345,15
5	Ancinho Jardinagem	10	Ancinho Curvo robusto 14 Dentes Com Cabo de madeira	R\$ 30,56	R\$ 305,57
			Tesoura de poda aérea Angular 180º Multi-Star OSVM Corte 36mm Outils Wolf		

6	Tesoura de Poda Aérea	3	(Lâminas com revestimento antiaderente e anti-corrosão, dispositivo de aperto rápido das lâminas, sistema de segurança que impede o desengate acidental da ferramenta; Cordel em nylon com punho que permite o alinhamento do corte; Poda direcionável até a 180°.	R\$ 593,18	R\$ 1.779,53
7	Plantadeira manual para mudas de hortaliças	8	Plantadeira manual para mudas de hortaliças ALTURA: 91 cm. PONTEIRA: Redonda. DEPÓSITO: Condutor cilíndrico, chapa zincada, diâmetro superior 8,5 cm e inferior 5,0 cm.	R\$ 261,77	R\$ 2.094,19
8	Sacho	8	Sacho, material saccho aço carbono, material cabo madeira, acabamento saccho pintura eletrostática, cor saccho laranja, formato coração, quantidade pontas 1un, comprimento cabo 110 cm, comprimento saccho 267 mm, largura saccho 95 mm, peso 400 g, aplicação jardinagem, características adicionais com luva soldada	R\$ 49,00	R\$ 392,00
9	Podador de Galhos Altos	5	Podador de galhos altos com serrote, lâmina temperada em aço com alto teor de carbono, dentes com 3 arestas de corte, comprimento da lâmina de 13 /330 mm.	R\$ 483,37	R\$ 2.416,85
10	Carrinho de mão com caçamba de plástico	5	Carrinho de mão com caçamba de plástico. Capacidade de 150 litros.	R\$ 330,08	R\$ 1.650,42
11	Podador/podão de duas mãos	6	Podão de 2 mãos para desrama florestal com 642mm de comprimento, diâmetro de corte máximo 36mm, área de corte de 78mm, material de aço carbono, revestimento de carbono fluorado.	R\$ 350,17	R\$ 2.101,04
12	Tesoura de podas com catraca	8	Tesoura de podas com catraca, para cortar galhos de até 40mm de diâmetro, com cabo de alumínio, com formato resistente, sistema exclusivo de corte progressivo para alívio de esforço, com empunhadura anti-deslizante, trava de segurança.	R\$ 71,01	R\$ 568,05
			Tesourão de Poda Tipo Anvil, com lâminas tipo anvil; em aço carbono especial temperado; com cabos telescópicos		

13	Tesourão de Poda Tipo Anvil	8	extensíveis de 46 até 78 cm; com sistema de articulação que potencializa a força de corte e se ajusta em função do diâmetro do galho a ser cortado; empunhaduras emborrachadas com formato ergonômico.	R\$ 131,67	R\$ 1.053,33
14	Tesoura de Poda Forjada	8	Tesoura de Poda Forjada com lâminas em aço carbono especial temperado; estrutura em aço em uma única peça; cabo revestido com plastisol, anatômico e ergonômico; com trava de segurança para fechamento das lâminas quando a tesoura não está em uso.	R\$ 84,62	R\$ 676,93
15	Podão de galhos de árvores	4	Podão de galhos de árvores com lâmina de aço movida com sistema de alavanca puxada por cordas, e com haste com pelo menos 3m de comprimento.	R\$ 472,82	R\$ 1.891,29
16	Fita de enxertia	8	Fita de enxertia, transparente, biodegradável, com medidas de 3cm (aproximado) x 100m (aproximado) Rolo de 100 metros.	R\$ 65,87	R\$ 526,96
17	Lurdinha para desbrotar bananeira	6	Lurdinha para desbrotar bananeira. produzida com barras de aço de carbono, cortada, forjada, temperada e afiada.	R\$ 142,25	R\$ 853,50
18	Despencador de banana helicoidal	6	Despencador de banana helicoidal em cabo de madeira. Lâmina de corte em aço forjado, temperado e afiado. Comprimento total de 35 cm.	R\$ 120,00	R\$ 720,00
19	Podão para Bananeira	8	O podão é fabricado em aço carbono especial de alta qualidade; É temperado em todo corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso; O sistema de chanfro e afiação em equipamentos automatizados confere excelente fio às peças; Recebe pintura eletrostática a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação. Podão metálico para banana, com olho de 35 mm de diâmetro, sem cabo	R\$ 32,67	R\$ 261,36
Total Geral					

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1.A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 .A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

4.1.A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta ao cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

4.2. O fornecedor deverá encaminhar:

4.2.1. dados bancários vinculados/correspondentes ao CNPJ da proposta; e

4.2.2. termo de concordância do fornecedor com o Termo de Referência.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

5.1.O critério de julgamento da proposta será o menor preço por item.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1.O prazo de entrega dos produtos será de trinta (30) dias, contados do encaminhamento da nota de empenho, no seguinte endereço: IF Goiano - Campus Campos Belos, situado à Rodovia GO 118 QD. 1-A, Lt. 1, Setor Novo Horizonte em Campos Belos-GO, nos horários das 08h às 11h e das 13h às 17h.

6.2. A entrega de todos os itens deverá ser em remessa única.

6.3.Os bens serão recebidos:

6.3.1. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

6.3.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Termo de Referência.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.6. Os bens rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, deverão ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de dois dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.9.Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega dos produtos, correrão por conta do fornecedor.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;

8.1.2. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.5. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.5. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.6. fornecer os documentos que darão acesso à garantia oferecida pelo fabricante, quando for o caso.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1.Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais,

anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF ou às certidões exigidas nesse Termo de Referência para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

11.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 49.400,17 (Quarenta e nove mil, quatrocentos reais e dezessete centavos).

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

PTRES: 170758

Fonte: 8100000000

Natureza de Despesa: 339030-42

Plano Interno: H20RLP01CBJ

Campos Belos-GO, 06 de dezembro de 2021

(Assinado Eletronicamente)

Althiéris de Souza Saraiva

Professor EBTT

Coordenador de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Responsável pela Formalização da Demanda

(Assinado Eletronicamente)

Francisco Edson Lima Torcate

Diretor Geral Substituto
Agente Responsável pela Aprovação

APROVO o Termo de Referência, anexo II, do Aviso de Dispensa Eletrônica 154/2021.

(assinado eletronicamente)

Francisco Edson Lima Torcate

Diretor Geral Substituto

ANEXO III - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS PARA AULAS PRÁTICAS DE CULTURAS PERENES E OLERICULTURA

(Processo n. 23728.000703.2021-71)

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Aquisição se faz necessária para atender as demandas do Campus em relação a aquisição de materiais e ferramentas para aulas práticas das disciplinas de Culturas Perenes e Olericultura do IF Goiano - Campus Campos Belos.

ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEL

Unidade de Ensino, por meio do servidor Althieris de Souza Saraiva.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais e ferramentas deverão ser fornecidos mediante emissão de Nota de Empenho e recebidos pelo servidor demandante ou pelo responsável de Escola Fazenda do IF Goiano - Campus Campos Belos. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e seus anexos, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto. Os materiais entregues deverão estar em conformidade com as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, e estritamente de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - quando aplicável, e ainda coadunadas nas cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, bem como atender às todas as disposições legais e regulamentares dos órgãos fiscalizadores. A entrega do produto, objeto deste certame, será no endereço constante no Termo de Referência nos horários de expediente administrativo ou no horário e no dia de interesse da instituição combinados previamente. Todas as despesas de conservação, transporte, carga, descarga e outras para efetiva entrega do produto correrão por conta da licitante adjudicada.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os objetos pretendidos, possuem ampla rede de fornecedores, localizados em todo o território nacional, fato este que não restringe a participação. O que pode ser observado em contratações anteriores do IF Goiano, bem como de toda a administração Pública.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando a demanda e os custos relacionados aos bens pretendidos, a solução melhor indicada, foi a do tipo de Dispensa eletrônica, conforme legislação vigente.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A quantidade de material foi calculada, conforme disponibilidade orçamentária do IF Goiano - Campus Campos Belos. O material oportunizará a aprendizagem prática, através de aulas práticas das disciplinas de Culturas Perenes e Olericultura.

Item	Material	Quant.	Descrição geral	Valor Unitário	Valor Total
1	Alicate de Poda (ou tesoura de poda)	8	Tesoura Poda, Material Lâmina: Aço Temperado, Material Cabo: Polietileno, Revestimento Cabo: Não Aplicável, Peso: 200 G, Tipo Embalagem: Plástica	R\$ 57,13	R\$ 457,01
2	Serrote Poda	8	SERROTE DE PODA Serrote de poda, 14 polegadas, Lâmina em aço alto carbono temperado e lixado. Cabo de madeira ergonômico e envernizado. Dentes travados. 5 dentes por polegada. Proteção plástica para os dentes.	R\$ 169,61	R\$ 1.356,88

Tamanho: 14". Medidas (mm): 88,0 x 494,0 x 21,0.					
3	Canivete de Enxertia	8	Canivete de enxertia tipo copulação ou oclação. Com palheta para levantar a casca.	R\$ 66,90	R\$ 535,23
4	Tesoura Poda	8	Tesoura de poda profissional para jardinagem, fruticultura ou paisagismo. Indicada para a poda ou desbaste de ramos verdes de até 17 mm de espessura para galhos verdes e 10 mm de espessura para galhos secos. Corte macio e preciso. Especialmente recomendada para uso profissional (uso intensivo). Trava de segurança com acionamento em um único botão. Materiais: cabo em alumínio injetado revestido com plastissol, anatômico e ergonômico proporcionando conforto ao operador. Lâminas em aço liga cromo vanadium temperadas de alta qualidade, intercambiáveis, com regulagem na aproximação.	R\$ 43,14	R\$ 345,15
5	Ancinho Jardinagem	10	Ancinho Curvo robusto 14 Dentes Com Cabo de madeira	R\$ 30,56	R\$ 305,57
6	Tesoura de Poda Aérea	3	Tesoura de poda aérea Angular 180º Multi-Star OSVM Corte 36mm Outils Wolf (Lâminas com revestimento antiaderente e anti-corrosão, dispositivo de aperto rápido das lâminas, sistema de segurança que impede o desengate acidental da ferramenta; Cordel em nylon com punho que permite o alinhamento do corte; Poda direcionável até a 180°.	R\$ 593,18	R\$ 1.779,53
7	Plantadeira manual para mudas de hortaliças	8	Plantadeira manual para mudas de hortaliças ALTURA: 91 cm. PONTEIRA: Redonda. DEPÓSITO: Condutor cilíndrico, chapa zincada, diâmetro superior 8,5 cm e inferior 5,0 cm.	R\$ 261,77	R\$ 2.094,19
8	Sacho	8	Sacho, material sachô aço carbono, material cabo madeira, acabamento sachô pintura eletrostática, cor sachô laranja, formato coração, quantidade pontas 1un, comprimento cabo 110 cm, comprimento sachô 267 mm, largura sachô 95 mm,	R\$ 49,00	R\$ 392,00

			peso 400 g, aplicação jardinagem, características adicionais com luva soldada		
9	Podador de Galhos Altos	5	Podador de galhos altos com serrote, lâmina temperada em aço com alto teor de carbono, dentes com 3 arestas de corte, comprimento da lâmina de 13 /330 mm.	R\$ 483,37	R\$ 2.416,85
10	Carrinho de mão com caçamba de plástico	5	Carrinho de mão com caçamba de plástico. Capacidade de 150 litros.	R\$ 330,08	R\$ 1.650,42
11	Podador/podão de duas mãos	6	Podão de 2 mãos para desrama florestal com 642mm de comprimento, diâmetro de corte máximo 36mm, área de corte de 78mm, material de aço carbono, revestimento de carbono fluorado.	R\$ 350,17	R\$ 2.101,04
12	Tesoura de podas com catraca	8	Tesoura de podas com catraca, para cortar galhos de até 40mm de diâmetro, com cabo de alumínio, com formato resistente, sistema exclusivo de corte progressivo para alívio de esforço, com empunhadura anti-deslizante, trava de segurança.	R\$ 71,01	R\$ 568,05
13	Tesourão de Poda Tipo Anvil	8	Tesourão de Poda Tipo Anvil, com lâminas tipo anvil; em aço carbono especial temperado; com cabos telescópicos extensíveis de 46 até 78 cm; com sistema de articulação que potencializa a força de corte e se ajusta em função do diâmetro do galho a ser cortado; empunhaduras emborrachadas com formato ergonômico.	R\$ 131,67	R\$ 1.053,33
14	Tesoura de Poda Forjada	8	Tesoura de Poda Forjada com lâminas em aço carbono especial temperado; estrutura em aço em uma única peça; cabo revestido com plastisol, anatômico e ergonômico; com trava de segurança para fechamento das lâminas quando a tesoura não está em uso.	R\$ 84,62	R\$ 676,93
15	Podão de galhos de árvores	4	Podão de galhos de árvores com lâmina de aço movida com sistema de alavanca puxada por cordas, e com haste com pelo menos 3m de comprimento.	R\$ 472,82	R\$ 1.891,29

16	Fita de enxertia	8	Fita de enxertia, transparente, biodegradável, com medidas de 3cm (aproximado) x 100m (aproximado) Rolo de 100 metros.	R\$ 65,87	R\$ 526,96
17	Lurdinha para desbrotar bananeira	6	Lurdinha para desbrotar bananeira. produzida com barras de aço de carbono, cortada, forjada, temperada e afiada.	R\$ 142,25	R\$ 853,50
18	Despencador de banana helicoidal	6	Despencador de banana helicoidal em cabo de madeira. Lâmina de corte em aço forjado, temperado e afiado. Comprimento total de 35 cm.	R\$ 120,00	R\$ 720,00
19	Podão para Bananeira	8	O podão é fabricado em aço carbono especial de alta qualidade; É temperado em todo corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso; O sistema de chanfro e afiação em equipamentos automatizados confere excelente fio às peças; Recebe pintura eletrostática a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação. Podão metálico para banana, com olho de 35 mm de diâmetro, sem cabo	R\$ 32,67	R\$ 261,36
				Total Geral	
				R\$ 19.985,29	

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços foi elaborada conforme a IN 03/2017 SLTI/MPOG, parâmetros I, II, III.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO

Não haverá parcelamento do objeto.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a presente demanda.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações de 2022 da Instituição, disponível no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de contratações do Ministério da Economia e que deverá ser juntado aos autos.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da contratação.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida, obedecidas as formalidades legais.

Campos Belos, 06 de dezembro de 2021.

(Assinado Eletronicamente)

Althiéris de Souza Saraiva

Professor EBT

Coordenador de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Responsável pela Formalização da Demanda

(Assinado Eletronicamente)

Francisco Edson Lima Torcate

Diretor Geral Substituto

Agente Responsável pela Aprovação

APROVO o Estudo Técnico Preliminar, anexo III, do Aviso de Dispensa Eletrônica 154/2021.

(assinado eletronicamente)

Francisco Edson Lima Torcate

Diretor Geral Substituto

ANEXO IV - MODELO DE CARTA PROPOSTA

Prezados Senhores,

Tendo examinado e aceito todos os termos do **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 154/2021** e seus anexos, apresento a presente proposta para o fornecimento dos produtos indicados na planilha abaixo, nos moldes requeridos, pelo valor apresentado de ____ (preço da proposta em número e por extenso ____), e declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação do fornecimento, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, lucros, encargos fiscais ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Outrossim, declaro que:

a) Os produtos serão ofertados novos e acondicionados conforme a praxe do fabricante.

Caso a proposta seja aceita, comprometo-me a:

b) efetuar a completa entrega dos produtos, contados a partir da emissão da Nota de Empenho ou da comunicação emitida pela CONTRATANTE;

Concordo em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias.

Item do TR	Descrição	Unidade	Qtd.	Marca /Fabricante	Preço Unitário	Valor Total
Total Geral ..						R\$ XXXXX
Total Geral por Extenso: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx						
DADOS DA EMPRESA:						
Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Cidade:					CEP:	
Telefone:			E-mail:			
Banco:		Agência:		Conta-corrente:		
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL:						

Nome:			
RG:		CPF:	Cargo/Função:
Endereço:			
Telefone:		E-mail:	

Assinatura e Nome do Representante Legal da Empresa

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA
COM O TERMO DE REFERÊNCIA

A empresa....., CNPJ.....sediado(a) na, por meio de seu representante legal, em atendimento ao disposto no **AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 154/2021**, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento referido aviso e seus anexos e declara/manifesta expressa concordância/anuência com o Termo de Referência e todas as suas informações e condições.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Assinatura e Nome do Representante Legal da Empresa

Documento assinado eletronicamente por:

- Althieris de Souza Saraiva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 07/12/2021 16:57:11.
- Francisco Edson Lima Torcate, CHEFE - SUB-CHEFIA - DG-CB, em 06/12/2021 18:05:53.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/11/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 333903

Código de Autenticação: 24574a1619



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Campos Belos
Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal nº 614, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000
(62) 3451-3386